

Política de Privacidade

Entenda como os dados entram na operação e como exercer seus direitos.

O essencial para consulta

- Seus dados têm finalidade e base legal.
- Conteúdo hospedado não se torna propriedade da Zovvi.
- Solicite seus direitos em ola@zovvi.com.br.

Resumo de consulta. As cláusulas completas abaixo prevalecem.

1. Responsável e abrangência

Rocketz Digital Ltda, CNPJ 37.843.555/0001-05, Av. Paulista, 2073, opera a Zovvi Cloud e é controladora dos dados usados para cadastro, contratação, cobrança e relacionamento próprios. Esta política abrange o site, ferramentas, atendimento e serviços no que se refere a essas finalidades. O contato para privacidade é ola@zovvi.com.br.

Ao hospedar conteúdo por instrução do cliente, a Zovvi atua como operadora quando o cliente decide finalidades e meios essenciais. O cliente deve ter base legal e instruções lícitas para os dados que administra. Esses papéis dependem da atividade concreta; a hospedagem não transfere a titularidade do conteúdo nem autoriza explorar bases de clientes.

2. Dados e origem

Podem ser necessários nome, CPF/CNPJ, contato, endereço, representantes, serviços e histórico de pedidos. Atendimento inclui mensagens e arquivos enviados voluntariamente; anexos de captura ou gravação são opcionais e só devem conter o necessário. Não envie senhas, códigos de autenticação ou dados pessoais de terceiros sem necessidade.

A operação técnica pode registrar IP, data, horário, navegador, erros e eventos de segurança. Pagamentos geram status, valor e referência de transação; os dados completos do cartão devem ser inseridos no fluxo protegido do prestador, nunca em chamados. Os dados vêm do titular, de representante autorizado, das interações técnicas e dos prestadores envolvidos no serviço.

3. Finalidades e bases legais

Dados necessários a orçamento solicitado, criação de conta, prestação, suporte e cobrança são tratados para procedimentos preliminares ou execução contratual. Documentos fiscais e registros obrigatórios atendem obrigação legal ou regulatória. Defesa em processos e preservação fundamentada atendem exercício regular de direitos.

Prevenção de fraude, segurança e melhoria operacional podem usar legítimo interesse mediante necessidade, avaliação de impacto nos titulares e salvaguardas, sem presumir que todo uso se justifica assim. Marketing e tecnologias opcionais dependem da base adequada, inclusive consentimento quando necessário. Retirar consentimento não apaga obrigações legais nem impede funções que não dependem dele.

4. Fornecedores e compartilhamento

Compartilhamos o mínimo necessário com prestadores de infraestrutura, domínios, e-mail, atendimento e cobrança para suas funções. A Asaas processa os pagamentos disponibilizados na operação. Regras de registradores e de produtos externos podem exigir dados próprios, informados na contratação. Não declaramos fornecedores ou certificações que não estejam confirmados.

Pedidos de autoridades passam por avaliação de competência, fundamento, escopo e sigilo. Não entregamos conteúdo privado a qualquer solicitante informal. Uma mudança societária que envolva dados deve respeitar finalidade, segurança, transparência e os direitos dos titulares. Não há autorização geral nesta política para vender ou disponibilizar bases hospedadas.

5. Transferências internacionais

A localização do tratamento depende do produto e de sua cadeia de infraestrutura. Havendo transferência internacional, ela precisa de hipótese legal e mecanismo válido da LGPD e da regulamentação da ANPD, como cláusulas-padrão aplicáveis ou outra hipótese admitida. O contrato comercial, sozinho, não substitui o mecanismo de transferência.

Solicite pelo contato de privacidade informações sobre países, destinatários, finalidade e salvaguardas da operação que envolve seus dados, resguardados segredos legítimos e direitos de terceiros. Não presumimos que todo dado fica no Brasil nem prometemos um país específico sem que conste no serviço.

6. Conservação e eliminação

Conservamos dados conforme finalidade, contrato, necessidade e obrigações aplicáveis. Registros de acesso a aplicações sujeitos ao art. 15 do Marco Civil são mantidos por seis meses quando a obrigação se aplica; isso não significa conservar o conteúdo do site por seis meses nem guardar registros de conexão como provedor de internet. Documentos fiscais, evidências contratuais e litígios seguem suas exigências próprias.

Conteúdo hospedado segue o ciclo de encerramento e a Política de Backup, com sete pontos na cobertura contratada e rotação residual nela descrita. Eliminar conta não exige destruir registros legalmente necessários; estes ficam restritos à finalidade de conservação. Ao cessar a necessidade, os dados são eliminados ou anonimizados de maneira adequada, ressalvada preservação legítima.

7. Proteção e incidentes

A proteção combina acesso limitado, credenciais protegidas e medidas técnicas e administrativas proporcionais ao risco. O cliente deve proteger suas contas, aplicações e cópias independentes. Não há garantia de invulnerabilidade; um incidente exige contenção, investigação, preservação mínima de evidências e correção.

Quando controladora, a Zovvi avalia risco ou dano relevante e realiza as comunicações obrigatórias nos prazos legais e regulamentares aplicáveis. Quando operadora, informa o controlador sem demora injustificada e coopera para as providências. Não se presume que todo erro seja incidente notificável, nem se usa investigação como justificativa para postergar obrigação legal.

8. Direitos e como solicitar

Você pode solicitar confirmação, acesso, correção, anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários ou irregulares, portabilidade conforme regulamentação, informação sobre compartilhamento e consentimento, revogação e demais direitos da LGPD. Oposição e revisão de decisões unicamente automatizadas são analisadas conforme os requisitos legais.

Envie o pedido a ola@zovvi.com.br, descrevendo o direito e o contexto sem anexar documentação excessiva. A confirmação de identidade será proporcional. Confirmação e acesso seguem a forma simplificada imediata ou a declaração completa em até 15 dias, nos termos do art. 19; outros direitos seguem os prazos aplicáveis. A resposta fundamenta limitações e preservações. Você pode peticionar à ANPD e aos órgãos competentes, sem cobrança para exercer os direitos legais.

9. Candidaturas, currículo e apresentação em vídeo

Na página Trabalhe Conosco, tratamos nome, contato, área de interesse, apresentação e links profissionais para analisar a candidatura e conversar sobre possíveis oportunidades. Currículo e vídeo são opcionais; é possível apresentar-se somente por texto. Não solicitamos documentos de identidade, dados bancários ou informações médicas nessa etapa. A base legal aplicável considera a solicitação do candidato, os procedimentos preliminares pertinentes e, quando necessário, consentimento específico.

A câmera e o microfone dependem de ação e permissão no navegador. Prévia e gravação permanecem no dispositivo até o envio; incluir o vídeo exige confirmação própria. O acesso aos arquivos deve ser limitado às pessoas autorizadas para recrutamento. Não usamos essa ferramenta para reconhecimento facial ou avaliação automática de características pessoais. O envio não confirma vaga aberta, contratação ou prazo de resposta.

A guarda acompanha a finalidade e a necessidade da análise, sujeita às obrigações legais aplicáveis e à reavaliação de necessidade. O contato sobre outras finalidades requer informação adequada e base legal própria; a candidatura não autoriza publicidade ou divulgação pública do vídeo. Pedidos

de acesso, correção, retirada de consentimento ou exclusão podem ser enviados a ola@zovvi.com.br, observadas as hipóteses legais de conservação.

10. Crianças, ferramentas e atualizações

Os serviços contratuais destinam-se a pessoas com capacidade ou representação adequada. Se houver dados de crianças ou adolescentes, o tratamento deve respeitar seu melhor interesse, proteção específica e bases legais aplicáveis; não solicitamos esses dados para marketing. Um responsável pode contatar a Zovvi sobre coleta indevida.

Ferramentas que processam no navegador têm essa condição identificada; consultas de rede podem enviar o destino ao serviço técnico e páginas compartilhadas publicam o conteúdo escolhido. O VLibras é opcional e externo: não selecione senhas ou conteúdo privado para tradução. Esta política será atualizada quando finalidades ou operação mudarem, com informação adequada e novo consentimento quando necessário.

